

PROMETEU E NÃO CUMPRIU

O governador Joaquim Roriz afirmou para a Comissão de Negociação do Sinpro, no dia 29 de maio, que enviaria a proposta do novo Plano de Carreira para a Câmara Legislativa até o dia 10 de agosto. Até agora, NADA. **Página 2**

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 18 de setembro, às 14h30, na Câmara Legislativa, com compactação de turno.

Sua presença é fundamental para conquistarmos o novo Plano de Carreira.



Plenária Final do VI CTE

No próximo dia 30 de agosto, sábado, a partir das 8 horas, será realizada a Plenária Final dos delegados ao VI Congresso dos Trabalhadores em Educação (CTE). Conclamamos todos os delegados a comparecer à plenária, para discutirmos e aprovarmos as propostas pedagógicas para a educação do Distrito Federal. O evento será na CNTI - W3 Norte, Quadras 505 Norte.

Só nossa intensa mobilização vai acabar com a enrolação do GDF

Há meses o GDF enrola, enrola e não atende às nossas reivindicações. Estamos em plena campanha salarial, mas nossas principais bandeiras – Salário, Democracia, Saúde e Moradia – até agora não foram respondidas. Nossa pauta de reivindicações foi entregue há muito tempo para o governo e também até agora ... NADA!

No início do ano, o Secretário de Fazenda Valdivino de Oliveira assegurou que havia R\$ 100 milhões para iniciar a implantação do novo Plano de Carreira. Pouco tempo depois, a Secretária de Gestão Administrativa Cecília Landim disse a mesma coisa, em reunião a qual estava presente a Secretária de Educação Maristela de Melo Neves. Existia um “acordo” com a Comissão de Negociação do Sinpro de que o novo Plano de Carreira seria implantado gradualmente, a partir desses recursos já existentes.

Restava, apenas, a apresentação da proposta do governo do novo Plano de Carreira. Esta proposta, inclusive, viria em substituição à proposta elaborada ano passado pela Comissão Paritária composta por representantes do governo e dos professores.

No dia 29 de maio, a Comissão de Negociação do Sinpro teve reunião com o próprio governador Joaquim Roriz. Na ocasião, ele comprometeu-se a enviar para a Câmara Legislativa (CLDF) a proposta do novo Plano de Carreira até

o dia 10 de agosto deste ano. Até agora, NADA! Mais uma vez ele descumpe acordo firmado com os professores, repetindo o já conhecido descaso para com a nossa categoria e com a educação.

É o descrédito total de um ‘governante’ junto à sociedade e aos educadores, demonstrando o total abandono em que se encontra a educação no DF.

A Comissão de Negociação do Sinpro tem procurado parlamentares – distritais, federais e senadores – tanto da oposição quanto da bancada governista, para debater nossa campanha, pelo cumprimento do acordo fechado ano passado e pelo envio da proposta do novo Plano de Carreira à CLDF, que representará significativo avanço em nossos salários.

As reuniões marcadas para os dias 6 e 7 de agosto também não ocorreram. O GDF cancelou-as unilateralmente.

Diante desse quadro só nos resta uma alternativa: LUTAR! É necessária uma maior participação de todos para revertermos essa situação e conquistarmos nossas reivindicações. Vamos todos à assembléia no próximo dia 18/09, às 14h30, na Câmara Legislativa, com compactação de turno, para pressionar o governo. A participação de todos é fundamental para conseguirmos a vitória. Antes, em 16 de setembro, será realizado o dia **D** das escolas públicas do DF, com material organizado pelo Sinpro.

HABITAÇÃO

A Comissão de Negociação do Sinpro esteve reunida com a Secretária de Habitação do DF Ivelise Longhi em julho para apresentar-lhe proposta, para que o governo elabore um plano de atendimento aos professores que necessitam de moradia própria.

Até agora não tivemos nenhuma resposta da Secretária, muitos menos foi marcada qualquer reunião para negociação. O descaso continua.



Mesa da audiência pública sobre saúde do trabalhador em educação

Secretária de Educação faz pouco caso da saúde

A Comissão de Negociação do Sindicato entregou em julho à Secretária de Educação do DF inúmeras propostas de curto, médio e longo prazos para resolver os problemas de saúde que afligem os professores. Até agora não obtivemos nenhuma resposta sobre nossas propostas.

Na audiência pública realizada na Câmara Legislativa no último dia 18 de agosto sobre “Saúde do Trabalhador em Educação”, convocada pelas deputadas Arlete Sampaio e Erika Kokay, ambas do PT, a Secretária Maristela de Mello Neves esteve presente, disse que recebeu as propostas do Sinpro, mas não deu nenhum sinal de qualquer aceitação das mesmas. Ao contrário, teve o disprante, de uma maneira disfarçada, de afirmar que os professores não sabem cuidar da sua saúde.

O diretor do Sinpro, Washington Dourado, contestou as declarações da secretária, denunciou as inúmeras doenças que já atingem cerca de 44% da categoria, aproximadamente 20 mil professores, e acusou o autoritarismo reinante na SEE e o excesso de trabalho como os principais responsáveis pelos males que vem acometendo os profissionais de educação. Terminou seu pronunciamento lembrando que a educação do Distrito Federal é reconhecida em alguns aspectos como boa devido ao empenho dos professores, “da nossa categoria que se esforça em realizar um bom trabalho”.

Coleta de assinaturas pela gestão democrática

Conclamamos os professores a abraçarem a campanha pelo projeto de Emenda Popular pela gestão democrática nas escolas públicas.

Já estamos coletando as assinaturas necessárias para a apresentação do projeto, mas é preciso intensificar esse trabalho. Nesse sentido, estamos visitando as escolas noturnas para que os professores recolham as assinaturas junto à comunidade escolar e estamos montando banquinhas nos locais de grande concentração, tais como Rodoviária do Plano Piloto, Feira do Guará, Praça do Relógio de Taguatinga etc.

Reforma da Previdência ainda pode ser alterada

A Câmara dos Deputados votou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n° 40/03 em primeiro turno e deve votá-la em segundo turno nos próximos dias. Em seguida, o projeto vai para o Senado Federal que pode manter ou alterar no todo ou em parte o projeto aprovado na Câmara.

Por isto é importante manter a pressão junto ao Congresso Nacional. Para se ter uma idéia, durante a votação da Emenda Constitucional 20 de 1988, a aposentadoria especial para o magistério só foi garantida quando a discussão já estava no Senado. O Sinpro estará se juntando à luta das demais entidades até

o último momento para garantir a não taxação de inativos, ou pelo menos que sejam taxados os altos salários, e não dos professores e de outras categorias, que não podem ser considerados marajás.

No intuito de manter a categoria informada do andamento da reforma,

elaboramos a seguir algumas perguntas e respostas para esclarecer as principais dúvidas. **IMPORTANTE:** estas informações têm como base o que foi votado na Câmara dos Deputados e que ainda podem ter pontos alterados, tanto pela Câmara quanto pelo Senado.

1. O que é paridade?

R. É a garantia de que reajustes nas remunerações dos servidores aposentados serão feitos nos mesmos índices e datas dos servidores da ativa. A proposta aprovada na Câmara prevê a paridade para os atuais servidores, mas estabelece que uma lei complementar irá definir critérios para esta paridade.

2. O que é integralidade?

R. É a garantia de que os proventos da aposentadoria serão iguais à remuneração do servidor quando em atividade. A proposta aprovada na Câmara prevê para os atuais servidores poderão se aposentar com proventos integrais, desde que atendidas exigências de idade mínima e tempo de contribuição (que trataremos mais adiante).

3. O que é abono de permanência?

R. É o valor equivalente à contribuição previdenciária e será pago ao servidor que, tendo adquirido o direito à aposentadoria, opte por continuar trabalhando. Os servidores que optarem por continuar trabalhando terão abono de 11% no salário. Nesta regra, estão incluídos os servidores que podem se aposentar com 48 anos, se mulher, e 53 anos, homem.

4. Como ficam os atuais aposentados?

R. Pela proposta aprovada na Câmara, os atuais e futuros aposentados passarão a pagar contribuição previdenciária de 11% sobre o que exceder a R\$ 1.200,00 para os servidores dos estados e municípios e R\$ 1.440,00 para servidores da União.

Exemplo: professor aposentado, cujos proventos de aposentadoria (vencimento + gratificações) seja de R\$ 3.500,00. (R\$ 3.500,00 – R\$ 1.200,00 = R\$ 2.300,00) R\$ 2.300,00 x 11% = R\$ 253,00. Neste caso, o professor aposentado, que hoje é isento, passaria a pagar R\$ 253,00 de previdência.

Atenção: nos itens a seguir trataremos de pontos relativos ao magistério, aprovados pela Câmara dos Deputados e que irão para debate e votação no Senado.

5. Professoras e professores terão que contribuir para a previdência por 30 e 35 anos, respectivamente?

R. Não. A proposta mantém a situação diferenciada (5 anos a menos) para professoras e professores da educação infantil, ensino fundamental e médio. Assim, as professoras poderão se aposentar com 25 anos e os professores com 30 anos exclusivamente em

funções de magistério, mas este direito terá que ser combinado com a exigência de idade mínima, que você verá a seguir.

7. Os professores continuaram com aposentadoria especial?

R. Sim. Mas apenas os professores da educação infantil, do ensino fundamental e médio, e atendidas algumas condições conforme abaixo:

7.1. Professores que ingressaram na carreira antes do dia 15/12/1998, poderão se aposentar:

a) com proventos integrais aos 48 anos (mulher) e 53 anos (homem) desde tenham ao mesmo tempo 25 anos e 30 anos de magistério, respectivamente, até a data da promulgação da Emenda Constitucional 40.

b) Com proventos proporcionais, aos 48 anos (mulher) e 53 anos (homem), se atingir a idade e completar o tempo de contribuição previsto no item 6 até o dia 31/12/2005. Neste caso, os proventos de aposentadoria sofrerão desconto de 3,5% ao ano em relação à última remuneração.

c) Com proventos proporcionais, aos 48 anos (mulher) e 53 anos (homem) se atingir a idade e completar o tempo de contribuição previsto no item 6 a partir de 01/01/2006. Neste caso, os proventos de aposentadoria sofrerão desconto

de até 5% ao ano em relação à última remuneração.

Obs.: caso o(a) professor(a) atenda às exigências citadas nas letras a, b e c acima, mas não requeira a aposentadoria, passará a ter direito ao abono de permanência citado no item 4 acima.

d. Com proventos integrais, aos 50 anos (mulher) e 55 anos (homem) para aqueles que atenderem às exigências de idade e tempo de contribuição após a promulgação da Emenda Constitucional 40.

8. Como ficam os professores e professoras que ingressaram na carreira após 15/12/1998?

R. Terão direito a aposentadoria integral, aos 50 anos (mulher) e 55 anos (homem) desde que tenham ingressado na carreira antes da data da promulgação da PEC-40 e atendam também à exigência de tempo de contribuição (25 e 30 anos, respectivamente).

9. Como ficam os futuros professores?

R. Para os companheiros que ingressarem na carreira após a promulgação da Emenda constitucional, será garantida a aposentadoria especial, mas não terão direito à integralidade. Ou seja, seus proventos de aposentadoria terão um teto de R\$ 2.400,00. Os servidores que desejarem receber mais terão que participar de um fundo de pensão.

ASSEMBLÉIA APROVA CONTAS DO SINPRO

O relatório de prestação de contas do Sinpro do ano de 2002 foi aprovado em assembléia geral no dia 7 de julho de 2003. O parecer do Conselho fiscal foi o de que o balanço patrimonial e o demonstrativo do resultado do exercício apresentado pela entidade traduzem satisfatoriamente a posição patrimonial e financeira do Sinpro em 2002. Os dados estão disponíveis no Sinpro para apreciação de todos os professores sindicalizados.

PARTICULARES

Escolas particulares de 1º e 2º grau em campanha salarial



Os professores das escolas particulares do primeiro e segundo graus encontram-se em campanha salarial. Continuam as negociações com o Sindicato Patronal, mas ainda não evoluíram o bastante para que a categoria possa formalizar um acordo.

Assembléia Geral realizada dia 12 último, marcou uma próxima para o dia 26 de agosto. Graças à mobilização da categoria os patrões apresentaram nova proposta para a Convenção Coletiva de Trabalho que será avaliada no dia 26.

Professoras do Cajé são afastadas após rebelião

A rebelião ocorrida há cerca de um mês no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje) provocou o afastamento de duas professoras da escola que funciona no local. As professoras Maria de Jesus Muniz, a Maju, que estava há três anos no Caje, e Maisa Pereira, há nove anos na escola, foram afastadas por discordarem do tratamento dado aos internos e aos professores.

Antes da rebelião os professores já denunciavam a superlotação no centro, que tem capacidade para 20 jovens sentenciados e 40 em regime provisório e abriga atualmente 91 sentenciados e 130 provisórios. A professora Maju havia levado a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa, deputada Erika Kokay, para conhecer a realidade do local.

“Prevíamos que a qualquer momento poderia ocorrer uma rebelião, tanto pela superlotação, quanto pelo desrespeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Nosso afastamento foi em represália a nossa posição de denunciar o que estava ocorrendo”, salientou Maju.

Mais informações com a professora Maju, nos telefones 9987-1956/485-0963

TODAS AS QUARTAS E SEXTAS-FEIRAS, A PARTIR DE 13H NO CANAL 4 - REDE BANDEIRANTES, AO VIVO



Acordo das faculdades particulares conquista 10% de reajuste

A Diretoria Colegiada do Sinpro está lançando a Convenção Coletiva de Trabalho dos professores das faculdades particulares.

O acordo fechado possibilitou importantes avanços para os companheiros, entre os quais destacamos reajuste de 10% para os professores que estão em sala de aula e de 9% para os que estão fora das salas e a concessão de duas bolsas de estudo de 50% para os dependentes.

O novo texto da Convenção Coletiva foi divulgado no *Sinpro Particulares* nº 50, de junho deste ano, mas agora está sendo editado na forma de livro para que os professores possam tê-lo sempre à mão, de forma a exigir e denunciar para o Sindicato qualquer quebra dos seus direitos.

Esses avanços só foram possíveis graças a mobilização e unidade dos professores, que avançam cada vez mais rumo à conscientização da categoria e contribuem, dessa forma, para que possamos obter vitórias cada vez mais expressivas.

Nota da Asefe Atendimento de associados

Os atendimentos nas áreas de Psicologia e Fonoaudiologia, prestados nas policlínicas do Plano Piloto Taguatinga e Planaltina são feitos aos associados da Asefe e Multmed. Dessa forma, aqueles que necessitarem desse tipo de atendimento devem se dirigir a uma dessas policlínicas e marcar um horário para triagem.

Essa triagem é o momento em que o associado será ouvido e, após identificada a sua queixa, encaminhado para o profissional competente para resolver seu problema. Caso haja vaga na agenda desse profissional, o associado será encaminhado imediatamente para atendimento de acordo com o agendamento em dia e horário mais adequado ao associado. Caso contrário, o associado deverá aguardar uma comunicação informando sobre quando haverá vaga na agenda do profissional.

Desde janeiro de 2003 vem sendo apresentado o contrato de funcionamento da Clínica de Psicologia e Fonoaudiologia da Asefe, o que, após esse procedimento, aumentou significativamente o compromisso do associado em relação às sessões de terapia. Hoje temos um total de faltas que não chega a 5% do total de consultas.

O valor de cada sessão é descontado na folha de pagamento. Para o plano de saúde da Multmed, esse valor é de R\$ 13,50 e para o convênio da Asefe, R\$ 22,00.

NOSSOS PROFISSIONAIS:

Psicólogos (Plano Piloto) – Carlos André, Carlos Alexandre, Carlos Fábio, Flávia Ilka, Teresa Cristina e Marina Monteiro
Fonoaudiólogos (Plano Piloto) – Alessandra Villar, Ângela Fonseca e Poliana Nogueira
Fonoaudióloga (Taguatinga) – Ângela Fonseca
Fonoaudióloga (Planaltina) – Ângela Fonseca
Psicólogos (Planaltina) – Rogério e Selene Medeiros
Coordenadora de Psicologia e Fonoaudiologia da Asefe – Carla Amaral – psicóloga

EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO: Que Qualidade Buscar?

Há uma tendência em reduzir o conceito de qualidade em educação a índices que possam ser mensuráveis. O percentual de aprovação no vestibular, por exemplo, tem servido como referencial para definir se uma determinada escola tem ou não qualidade. Se levarmos em conta apenas os resultados do vestibular como referência de qualidade corremos o risco de concluir que a escola particular tem qualidade porque aprova mais, já a pública é ineficiente porque apenas uns poucos passam no vestibular.

No entanto, é necessário ampliarmos o debate sobre a função da escola, para que não tenhamos deduções simplistas, empobrecedoras e carregadas de preconceitos em relação ao ensino público, porque isso só serve

para legitimar uma lógica em que os culpados pela reprovação são os alunos reprovados. Essa visão contribui para a inferiorização das camadas populares como incapazes, além de depreciar a escola pública.

Cabe ressaltarmos que enquanto algumas escolas particulares inscrevem mais de 90%

dos seus alunos de terceiro ano nos exames do PAS, as escolas da periferia não chegam a 10% do total de participantes, conforme ocorreu na terceira etapa em 2001. Então podemos levantar as seguintes indagações: É justo que escolas em que os alunos apresentam interesses e perspectivas diferentes sigam o mesmo propósito, que é o de apenas preparar para o vestibular? Não devemos buscar outros eixos de direcionamento para a

escola, que não seja apenas o de preparar para a lógica competitiva do vestibular, em que apenas os ditos “melhores” é que se beneficiam? Nossas escolas têm projetos pedagógicos construídos coletivamente comprometidos com a construção de seres humanos melhores, com a ética e a solidariedade e a formação plural ou só privilegia o sucesso individual?

Apesar do sistema capitalista difundir a ideologia de que as oportunidades são iguais para todos, existe a falsa ilusão de que há igualdade de condições no processo seletivo do vestibular. Ignoramos, portanto, que uma parcela dos estudantes dispõe de todo um capital cultural, expresso nos cursos extra-escolares: cursos de informática, de línguas, dança, música, dentre outros. Além de

alimentação adequada com acompanhamento e incentivo dos pais, desconhecendo o que é passar fome e a miséria. Porém, a maioria dos estudantes brasileiros que depende da escola pública vive uma outra realidade nas periferias deste país, convivendo com as péssimas condições físicas das escolas, o desemprego dos familiares, a miséria e o contato direto com a violência. Tudo isso influencia a perspectiva de vida que cada estudante constrói para si.

O sociólogo Pierre Bourdieu nos alerta de que a escola legitima e valoriza a cultura da classe dominante: seus hábitos, valores, códigos lingüísticos, modo de ser e costumes. Por outro lado, nega e desvaloriza a cultura das classes populares. Portanto, o que se ensina na escola é algo comum e natural para uns poucos privilegiados, e quase indecifrá-

vel e distante do mundo real da maioria dos jovens, que são pobres e vivem na periferia desse imenso país. Isso tem como consequência um maior tempo de escola para a elite, e a exclusão da maioria a um maior tempo de estudo por não se adaptar ao modelo existente.

Diante desse quadro, podemos questionar: a evasão escolar que atinge os alunos das escolas da periferia não tem uma relação direta com o fato de a escola se prender apenas à lógica meritocrática, do esforço próprio, negando formas de convívio social? Esse modelo de escola centrado no sucesso de poucos não tem colaborado para jogar na exclusão milhares de jovens que se tornam presas fáceis do tráfico de drogas e da bandidagem?

Cabe, portanto, questionarmos os objetivos que nossas escolas estão seguindo. Se for apenas o de preparar para o vestibular e seguir os conteúdos programáticos estabelecidos pelo PAS, eles têm de ser repensados. A qualidade da educação está ruim não apenas porque poucos passam no vestibular, mas porque pouco tem a escola colaborado para a construção de seres humanos melhores. Não nos tornamos cidadãos críticos sendo reféns de programas e conteúdos que apenas vão cair no vestibular. A camisa de força que o vestibular impõe à lógica escolar cria um ambiente destrutivo para as relações humanas, estimula a competitividade entre os alunos, em que uns vão ser premiados, outros castigados. Ao fazer isso a escola esquece outros aspectos importantes da existência humana que são responsáveis pela

construção de indivíduos que respeitem as diferentes culturas, comprometidos com a solidariedade, a cooperação, questões centrais para um ser que depende do outro para sobreviver. Não podemos

escravizar o processo educativo à legitimação do sucesso de uns poucos.

A tarefa é a de repensar o sentido da escola. A escola tem que garantir o acesso ao conhecimento e o sucesso de todos que nela entram. Sucesso aqui é entendido como acesso, permanência e a garantia de uma educação com qualidade social, que leve em con-

sideração várias dimensões da formação humana, que a lógica competitiva ignora. Algumas funções importantes que a escola deve priorizar: compromisso com a formação da personalidade humana; garantia da difusão do patrimônio cultural historicamente acumulado a todos os indivíduos; Colaborar para a construção de seres humanos com poder de autodeterminação, críticos e criativos, porque sem eles não há democracia e nem sociedade democrática. Essas funções dependem dos professores comprometidos com a mudança e de escolas com projetos político-pedagógicos claros construídos democraticamente. Mas passam também por realizarmos uma profunda mudança na forma de organização escolar, redimensionando seus tempos e espaços, indo além da lógica seriada fordista que impede uma formação integral e nos isola na multidão.

A ESCOLA TEM QUE GARANTIR O ACESSO AO CONHECIMENTO E A GARANTIA DE UMA EDUCAÇÃO COM QUALIDADE SOCIAL PARA TODOS

A ESCOLA LEGITIMA E VALORIZA A CULTURA DA CLASSE DOMINANTE: SEUS HÁBITOS, VALORES, CÓDIGOS LINGÜÍSTICOS, MODO DE SER E COSTUMES

Adilson César de Araújo
Diretor de Formação do Sinpro-DF

Em F O R M A Ç Ã O

.. Secretarias de Formação, Assuntos Educacionais e Cultura

VI CTE DEBATE A EDU

O VI Congresso dos Trabalhadores em Educação voltou em grande estilo: mais de mil delegados das escolas do DF participaram dos debates do VI CTE. Na abertura do evento, o diretor do Sinpro, Robson Salazar, traduziu o pensamento dos participantes: “Estamos aqui para buscar a construção de um novo projeto de educação para o Distrito Federal, numa possibilidade de nos contrapor a um projeto falido, de que somos reféns por causa de um governo que não tem compromisso com a educação”.

Os professores discutiram temas como a avaliação, ciclos, gestão e financiamento da educação, condições de trabalho e saúde do professor. Outra importante discussão do Congresso foi a reforma do estatuto do Sinpro. Os professores já receberam o *Quadro Negro* especial com as propostas, que devem ser submetidas à Assembléia Geral da categoria.

No próximo dia 30 de agosto estaremos concluindo a discussão das propostas educacionais, no auditório da CNTI na 505 Norte, de 8h às 18h. Todos os delegados estão convocados a dar a sua contribuição para o debate final.



Frei Betto durante a palestra de abertura do VI CTE

A escola dos nossos sonhos

De tudo o que foi dito no VI CTE, talvez o que mais defina o espírito que marcou o Congresso seja o texto lido por Frei Betto, publicado no livro “Contra-venções - Civilização e Barbárie”. Compartilhamos a seguir alguns trechos: “Na escola dos meus sonhos, os alunos aprendem a cozinhar, costurar, consertar eletrodomésticos, a fazer pequenos reparos de eletricidade e de instalações hidráulicas, a conhecer mecânica de automóvel e de geladeira e algo de construção civil. Trabalham em horta, marcenaria e oficinas de escultura, desenho, pintura e música. Cantam no coro e tocam na orquestra. Uma semana ao ano se integram, na cidade, ao trabalho de lixeiros, enfermeiras, carteiros, guardas de trânsito, policiais, repórteres, feirantes e cozinheiros profissionais. Aprendem como a cidade se articula, mergulhando na

realidade daqueles que nos asseguram limpeza urbana, socorro de saúde, segurança, informação e alimentação.

Não há temas tabus. Todas as situações-limite da vida são tratadas com abertura e profundidade: dor, perda, falência, parto, morte, enfermidade, sexualidade e espiritualidade. Os alunos aprendem o texto dentro do contexto: a Matemática busca exemplos na corrupção dos precatórios e nos leilões das privatizações; o Português, na fala dos apresentadores de TV e nos textos de jornais; a História, na violência de policiais contra cidadãos, para mostrar os antecedentes na relação colonizadores - índios, senhores, escravos - e assim por diante.

Na escola dos meus sonhos, a interdisciplinaridade permite que os professores de Biologia e de Educação Física se complementem; a multidisciplinaridade

de faz com que a História do livro seja estudada a partir da análise de textos bíblicos; a transdisciplinaridade introduz aulas de meditação e dança. O ensino religioso é plural: o rabino fala do judaísmo, o pai-de-santo, do candomblé; o padre, do catolicismo; o médium, do espiritismo; o pastor, do protestantismo; o guru, do budismo etc. Na escola dos meus sonhos, os professores são obrigados a fazer periódicos treinamentos e cursos de capacitação e, além da competência, comungam os princípios fundamentais da proposta pedagógica e didática.

Essa escola não forma consumidores, mas cidadãos. Ela não briga com a TV, seus anúncios e programas são exibidos e analisados criticamente. O programa de auditório de domingo é destrinchado: a proposta de vida subjacente, a visão de felicidade, os tabus e preconceitos reforçados etc. Em suma, não se fecham os olhos à realidade, muda-se a ótica de encará-la. Há uma integração entre escola, família e sociedade.

Não há provas baseadas no prodígio da memória nem na sorte da múltipla escolha. Não há coincidência entre o calendário gregoriano e o curricular. João pode cursar a 5ª série em seis meses ou em seis anos, dependendo de sua disponibilidade, aptidão e seus recursos. É mais importante educar do que instruir; formar pessoas que profissionais; ensinar a mudar o mundo que ascender à elite. Dentro de uma concepção holística, ali a ecologia vai do meio ambiente aos cuidados com nossa unidade corpo-espírito.

Na escola dos meus sonhos, os professores são bem pagos e não precisam pular de colégio em colégio para se manter. Pois é a escola de uma sociedade em que educação não é privilégio, mas direito universal, e o acesso a ela, dever obrigatório”.

JUCAÇÃO PARA A PAZ

Professores da Faculdade de Educação defendem a natureza pública do ensino

A participação da Faculdade de Educação (FE) da UnB (Universidade de Brasília), com a presença de cinco palestrantes, foi fundamental para o aprofundamento dos debates.

Na mesa de abertura, o diretor da FE, Erasto Fortes de Mendonça, reafirmou o desejo de continuar a promover uma parceria com os sindicatos de trabalhadores em educação.

Ele reforçou o compromisso de consolidar a natureza pública da Faculdade de Educação da UnB, mesmo que isso contrarie fortes interesses, e convocou os professores a participar da luta intestina contra a privatização interna das universidades públicas, em especial da UnB.

O que foi dito no Congresso:

EMIR SADER,
professor da USP:

“Gostaria de falar sobre o tema estatal, privado-público. Uma das mágnicas que o liberalismo conseguiu impor neste país e que causou danos gravíssimos aos interesses públicos, foi polarizar todo o debate nacional e



Plenária vota propostas de alteração do estatuto

internacional em torno dos temas estatal ou privado. Fazem desaparecer na polarização estatal-privado justamente o que é mais importante: os interesses públicos. Ao concentrar o debate na polarização estatal-privado, o que acontece é que eles desclassificam o Estado. Não é difícil falar mal do Estado brasileiro. Na sua essência é um Estado privatizado, é um Estado imoral que arrecada imposto do mundo do trabalho e transfere para o mundo da especulação.

Nós podemos continuar a ter um Estado que se oriente por determinações econômicas da última década, ou podemos refundar o Estado brasileiro em torno dos interesses públicos, garantindo os direitos universais da população. Essa é uma das grandes batalhas que temos pela frente.

O sistema educacional tem de diminuir as desigualdades e não contribuir para multiplicar, preparando através do ensino privado aqueles que vão usufruir os espaços, das poucas vagas disponíveis nas universidades públicas.

Este governo não está predestinado

nem ao sucesso absoluto, nem ao fracasso predominado. Está trilhando um caminho difícil de saída de uma armadilha brutal, uma herança terrível que recebeu. Não quer dizer que seus passos sejam necessariamente corretos

Temos que acabar com a ditadura do econômico. O termômetro para julgarmos o nosso governo é: ele está privilegiando o social? Esse, na verdade, é o critério pelo qual ele será julgado e não pelo chamado risco-Brasil que são especuladores internacionais que decidem.”

GILMAR FERREIRA,
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE :

“A luta pelo restabelecimento da gestão democrática, pela valorização profissional e pelo piso salarial profissional nacional é condição *sine qua non* para desenvolvermos um trabalho de qualidade na sala de aula. É um compromisso dos professores a luta pela derrubada dos vetos que impedem o plano nacional de educação de sair do papel.”

AUGUSTO CÉSAR PETTA,
presidente da Contee - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação:

“Apesar de representar os trabalhadores da iniciativa privada, a Contee sempre defendeu o ensino público. Entendemos que ao lado da defesa do ensino público precisamos regulamentar o ensino privado no Brasil. Tem havido uma privatização do ensino no Brasil, que faz com que hoje no ensino superior 66% das matrículas no Brasil já estejam concentradas na escola privada”.

JOÃO OSÓRIO,
presidente da CUT-DF:

“Reativamos no Distrito Federal o Fórum pela Ética na Política e por meio dele estamos pedindo que o Judiciário devolva à população de Brasília a esperança de dias melhores, fazendo justiça com relação ao principal caso de corrupção que temos na história do Distrito Federal que foi a fraude nas eleições. Nós entendemos que a luta pela cassação de Joaquim Roriz é a principal tarefa que temos de desempenhar neste primeiro momento.

DENIVALDO ALVES,
diretor do SAE - Sindicato dos Auxiliares de Ensino:

“Esperamos que no futuro possamos aqui estar não a convite, mas unidos para que possamos fortalecer a luta. Se não nos unirmos, não sei onde poderemos chegar. Aqui no Distrito Federal estamos sendo massacrados e achatados por esse governo representado pelo senhor Roriz. Vamos continuar de cabeça erguida, mostrando para esse governo intransigente que a educação não se faz com intransigência”.



De Olho em Seus Direitos

APOSENTADORIA

ESPECIAL

A aposentadoria especial de magistério é atualmente limitada aos professores de 1º e 2º graus. As professoras fazem jus a aposentadoria com 25 anos de tempo de contribuição e idade mínima de 48 anos. Os professores, com 30 anos de contribuição e 53 de idade. Há uma regra de transição, desde a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, reduzindo paulatinamente a idade mínima para a aposentadoria.

Segundo orientação atual do Supremo Tribunal Federal, é necessário que todo o tempo de contribuição para a aposentadoria especial de magistério seja trabalhado em regência de classe. Com isso, para quem completar o direito de aposentadoria posteriormente à Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, não será mais possível a soma de tempo trabalhado em outras atividades fora do magistério.

O Tribunal de Contas do Distrito Federal, diante da jurisprudência do STF, em um primeiro momento, entendeu que a aposentadoria especial de professor tinha que ser com todo o tempo de serviço em regência de classe. Contudo, o Sindicato já conseguiu na Justiça o reconhecimento do direito a aposentadoria especial para várias situações em que o professor deixa a sala de aula, como no caso de readaptação de função em decorrência de problemas de saúde, no caso do professor ocupar cargo de direção e no caso de convocação para o Tribunal Regional Eleitoral.

PROPORCIONAL

Não há aposentadoria proporcional da aposentadoria especial de ma-

gistério, de forma a reduzir o tempo de contribuição para 20 anos, se mulher, e 25 anos, se homem.

A aposentadoria especial só existe para o servidor que não é professor, cuja aposentadoria normal tem como requisitos 30 anos de tempo de contribuição e 55 anos de idade, se mulher, e 35 anos, e 60 de idade, se homem. Para o servidor aposentar-se proporcionalmente, ele tem que ter pelo menos 25 anos de contribuição e 50 de idade, se mulher, e 30 anos de contribuição e 55 de idade se homem.

Embora seja a aposentadoria proporcional incompatível com a aposentadoria especial de magistério, o professor poderá aposentar-se proporcionalmente como qualquer servidor, abandonando a aposentadoria especial de magistério. O professor, na hipótese em que tenha tempo de contribuição em outras atividades, poderá somar o seu tempo de magistério como tempo normal, para requerer a aposentadoria proporcional.

Antes da Emenda Constitucional nº 20/98, não havia como requisito para a aposentadoria a idade. Conforme foi reconhecido pelo TCDF, o professor pode converter o tempo trabalhado fora do magistério para se somar pela média ponderada ao tempo de professor e requerer a aposentadoria normal proporcional ou a aposentadoria integral, se houve tempo suficiente. Esta soma pela média ponderada somente tem, obrigatoriamente, que totalizar tempo suficiente para a aposentadoria até a data de 15 de dezembro de 1998. A partir desta data, são aplicadas as novas regras de aposentadoria.

AUXÍLIOS

TRANSPORTE

O vale-transporte é fornecido

em bilhete para custear as despesas do trabalhador que utilize transporte público no percurso de casa para o trabalho e vice-versa. O seu valor é equivalente ao valor da passagem do ônibus, podendo ser descontado até 6% (seis por cento) do valor do salário do trabalhador.

No Distrito Federal foi criado o auxílio-transporte para os seus servidores, inicialmente fornecido em bilhete. Em razão dos assaltos e roubos dos bilhetes, utilizados como moeda de troca na praça, foi autorizado o crédito correspondente ao auxílio-transporte na conta corrente do professor. Uma vez pago o auxílio-transporte em pecúnia, dada a sua natureza salarial, o seu valor é computado para efeito de imposto de renda, independente de ser creditado em folha separada ou na folha de pagamento normal. Para a Receita Federal são somados todos os valores percebidos durante o mês para efeito de cálculo de imposto de renda. No dia em que falte ao trabalho, o professor perde o direito ao auxílio-transporte.

ALIMENTAÇÃO

O auxílio-alimentação faz parte do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, cuja adoção é facultativa ao empregador. O auxílio-alimentação possui natureza salarial e deve ser pago também nas faltas justificadas ao trabalho, bem como nas licenças com vencimento cujo dia não trabalhado é contado como de efetivo exercício.

DIA DE FOLGA

A questão da não assinatura do ponto no dia de folga merece ser tratada em nível de negociação com o GDF com

vista à sua completa regulamentação. Estando a folga amparada de forma regulamentar, ela deve efetivamente constar da folha de ponto do professor. Contudo, a folga ajustada informalmente poderá vir a ser questionada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal. A solução para o problema deve ser realmente institucionalizada, pois não recomendamos que o ponto seja assinado como se o professor tivesse trabalhando no dia de folga, uma vez que tal assinatura poderá ser caracterizada como falsidade ideológica.

AFASTAMENTO REMUNERADO

A lotação do professor é na GRE e não na unidade escolar onde esteja efetivamente trabalhando. Quando o professor sai de licença remunerada, ele deixa de estar vinculado à determinada GRE, mantendo o seu vínculo diretamente com a Secretaria de Educação. Portanto, ao retornar da licença remunerada, o professor poderá ser lotado em outra GRE.

PROFESSOR COM EX OFFICIO

O professor removido *ex officio* fica com a lotação vinculada ao seu local de trabalho enquanto houver interesse da administração. Encerrada a remoção *ex officio*, o professor deve retornar à sua lotação de origem, se submetendo, como os demais professores, ao processo de remoção.

PROFESSORES READAPTADOS E AS GRATIFICAÇÕES

Inicialmente, deve ser feita a distinção entre a readaptação e o trabalho

prestado com limitações de saúde. O instituto da readaptação implica, obrigatoriamente, em mudança de cargo. Isto é, o servidor deixa de ocupar o seu cargo de origem e passa a ocupar outro que seja adequado às suas condições físicas.

Ao chamarmos o professor portador de restrições que impedem o pleno exercício das funções de magistério

de professor readaptado, estamos utilizando uma expressão inadequada juridicamente falando, pois não há readaptação se o professor permanece ocupando o cargo de professor. A situação funcional desse professor é a mesma dos demais, sendo perfeitamente defensável que o professor que deixe a regência de classe por doença, que significa, motivo alheio à sua

vontade, continue recebendo a gratificação de regência de classe. O professor, nesta situação, deve ter o cuidado de deixar registrado que o seu afastamento decorre de limitação de sua saúde, pois se, embora doente, o professor requer voluntariamente o seu deslocamento da sala de aula, terá ele dificuldade para sustentar a manutenção da gratificação de regência.

NOVO HORÁRIO DE ATENDIMENTO DOS ADVOGADOS

Para melhor atender às necessidades da categoria, a Diretoria Colegiada do Sinpro reformulou o atendimento jurídico, estabelecendo contrato com apenas um escritório, do Dr. Ulisses Borges, na área trabalhista.

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Plano Piloto Manhã 9h30 às 11h30 Júlio César	Taguatinga Manhã 9h30 às 11h30 Tarde 15h às 17h Roberto	Plano Piloto Manhã 9h30 às 11h30 Júlio César	Taguatinga Manhã 9h30 às 11h30 Júlio César	Gama Tarde 15h às 17h Roberto
Plano Piloto Tarde 17h às 19h Roberto	Plano Piloto Tarde 17h às 19h Júlio César	Plano Piloto Tarde 17h às 19h Borges	Plano Piloto Tarde 17h às 19h Roberto	Plano Piloto Tarde 17h às 19h Júlio César

ALGUMAS PERGUNTAS SOBRE O PAGAMENTO DO FGTS

• Quantos professores já receberam?

O Sinpro/DF já viabilizou o recebimento de diferenças do Fundo de Garantia para mais de 2.230 professores. O Sindicato tem chamado diariamente os professores para receberem essas diferenças.

• Como funciona cada fase do processo?

O processo tem duas fases, sendo que a primeira delas é a que declara o direito dos professores de receber as diferenças do Fundo de Garantia. Já a segunda fase é onde se faz a apuração do valor devido a título de diferença a que o professor tem direito.

• Quanto tempo deve demorar para aquele que está na fase de cálculos receber o dinheiro da diferença?

Não existe um prazo fixo estipulado, nem uma data precisa que sirva de parâmetro para informar ao professor sobre a questão da demora, quando este está na fase dos cálculos. Vários incidentes processuais podem ocorrer durante esta fase e que podem gerar atrasos no pagamento. Entretanto, de um modo geral, a fase de cálculos demora cerca de 120 dias para ser finalizada.

Permutas

Sílvia Sena de Mendonça

Disciplina: História (40h)

Santa Maria

Permuta para: Plano Piloto/Núcleo

Bandeirante ou Guará

Contato: 234-1751

Iris Alecrim Souza

Disciplina: Atividades

EC 415 Norte

Permuta para: Taguatinga ou Asa Sul

Joel Pires

Disciplina: Português

CE 03 Sobradinho

Permuta para: Cruzeiro/Guará/

Plano Piloto

Contato: 387-6746

Marcos da Costa

Disciplina: Português (40h)

CEF 427 Samambaia (diurno)

Permuta: quer permutar 20h (noturno) em Taguatinga

Contato: 387-6746

Karla Patrícia Vieira de Aguiar

Disciplina: Atividades

EC 708 Norte - Plano Piloto

Permuta para: Taguatinga ou Samambaia

Contato: 354-0175/9904-1938

FALA PROFESSOR

Vivências de sofrimento no trabalho docente

O termo sofrimento no trabalho não é novo. Esse termo ao qual se ligam o desemprego, as péssimas condições de trabalho e a luta pela sobrevivência vem de tempos remotos. Hoje, pode-se afirmar que o sofrimento se agrava, uma vez que as condições de trabalho ainda são motivos de luta e reivindicações.

A (dês) organização do trabalho docente gera uma situação degenerativa, que ocasiona no sofrimento do professor. Hoje é semelhante à dos operários do século XIX. Mudam a época e o contexto, as conseqüências são as mesmas: desgaste da saúde do trabalhador.

Esse sofrimento advém da péssima organização do trabalho, não enxerga o trabalhador como um todo. Isso implica em desgaste que gera doenças das mais variadas, algumas irreversíveis. Abala de tal maneira o estado emocional, que provoca ansiedade que, por sua vez, causa sofrimento mental, responsável por quadros de depressão entre os professores.

A situação de desgaste e abandono à qual o docente está submetido gera desgastes tão profundos que a insatisfação é evidente.

A própria imagem que o professor constrói de si está condicionada ao que a sociedade espera, ao que o sistema determina, às exigências dos alunos, à sua própria aspiração, que ocasionam um alto nível de estresse, gerando assim um

quadro de mal-estar.

O descaso que os professores estão enfrentando afeta diretamente a sua personalidade, assim como as condições psicológicas e sociais nas quais estão sendo exercido o ofício docente. Verifica-se um esgotamento que produz diversas reações como o pedido de transferência para outras escolas, o desejo de abandono da profissão, o afastamento para tratamento de estados de ansiedade e depressão, que confirmam o sofrimento no trabalho.

Há um processo de perda de identidade profissional e uma constante desvalorização do professor. Para as novas gerações, professor é modelo a não ser seguido, poucos querem exercer esse ofício.

É urgente repensar a educação, desde a formação do profissional de ensino à execução do trabalho, nos valorizando como profissionais que somos e lutando por nossos direitos, cobrando das autoridades mais respeito à profissão e ao seu profissional, como o sério cumprimento do que determinam as leis que nos regem, como o repasse de verbas de forma integral e para aquilo que foi designado, propiciando assim condições dignas de se exercer a docência, valorizando-^a Isso é o mínimo que tem que ser feito para aliviar o sofrimento do professor.

Adriana Pires Correa
Caic Walter José de Moura

Bom dia, pessoas maravilhosas! Obrigado por tudo!

Pela luta, vivências, experiências que nos fizeram ainda melhores e mais fortes diante do medo...

Dessa jornada, o que posso avaliar, é que realmente estamos mais coesos, mais alertas, mais fortalecidos mesmo ... e isso fará a diferença no proceder de agora para frente. Não serei mais a mesma e acredito que vocês também não. Estejam certos: descobrimos amigos quando lutamos por algo melhor, confiando que não estamos sozinhos...

Para mim esse processo se encerra aqui, pois já não havia muito o que fazer... O desgaste me venceu!!!

Desculpe-me se não entendi há muito mais tempo o que se passava na escola. A ficha caiu e acordei muito tarde. Talvez metendo os pés pelas mãos e lutando sozinha, de forma errada... Deveria ter acreditado mais no grupo...

O que surgirá de melhor em vocês é

o que cada um poderá dar de si para o outro, algo que me arrependo de não ter feito (obrigada, Cláudia, pelo alerta).

Não nos conformemos com o "pouco pedagógico" que nos é oferecido, ainda que este pouco nos pareça saciar ou iludir a nossa sede!!! Ou nossos anseios!!!

Não desanimem! A causa é justa, precisa que vocês acreditem uns nos outros.

Ninguém merece esta direção!

Marinalva Damasceno
01h40m da madrugada de 25/06/2003

Carta de agradecimento da professora Marinalva Damasceno ao grupo docente da Escola Classe 39 de Taguatinga, que conseguiu gerenciar as diferenças, apesar da incompetência da direção daquela unidade de ensino.

Sonho bom, sonhar preciso

Tive um sonho que me levou a concluir o quanto amo nossa profissão. Amo ser professora. Fiquei emocionada em refletir no quanto podemos fazendo dentro de nossas escolas, mais especificamente nas bibliotecas, secretarias, salas de aula etc.

O Sindicato que temos está cheio de pessoas novas, com disposição e abertos à discussão e ao pensamento renovador. Precisamos estar presentes nas assembléias e nas reuniões em prol da saúde do trabalhador.

A maior riqueza que temos está na união das nossas forças e de nosso pensamento.

Quero levantar a discussão sobre as mil horas de aula anuais, as coordenações, a qualificação do professor, a readaptação e o meio ambiente.

Professor Tammy Moraes da Silva - atividades

CARTAS PARA REDAÇÃO

Temos recebido muitas cartas para o nosso jornal, o que nos levou a resumir algumas nesta edição. Infelizmente, ainda não pudemos publicar todas as correspondências que nos chegam devido a falta de espaço.

Para podermos atender a todos, estamos solicitando que as cartas tenham no máximo 30 linhas.

FALA PROFESSOR

O Brasil se submeterá a um colonialismo cultural?

As negociações sobre a inclusão da educação como serviço, no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), vêm suscitando posições divergentes entre os países que integram essa instituição multilateral. Estados Unidos, Nova Zelândia e Austrália têm assumido postura mais agressiva, solicitando aos governos que liberalizem os serviços e amenizem restrições, inclusive em termos de remessas de lucros de serviços educacionais. Os serviços de ensino deveriam, assim, ser comercializados livremente, com redução de barreiras e melhoria de acesso aos mercados.

Há uma agenda de discussões e posicionamentos a esse respeito, com término previsto para janeiro de 2005. O principal foco das discussões é o ensino superior: graduação e pós-graduação *stricto sensu* e profissionalizante, desenvolvido de forma presencial ou à distância.

A internacionalização do saber e do ensino não constitui tema novo e tem origem na criação das primeiras universidades no mundo; a adoção do latim, como língua uni-

versal utilizada para comunicação entre professores e estudantes, possibilitou atrair estudantes e professores das mais diversas partes do mundo para uma região, como foi o caso da Universidade de Bolonha, na Itália. A educação, entretanto, constitui um bem e não um serviço - serviços são os serviços educacionais e um ponto-chave nas negociações diz respeito a quem os oferece.

No atual debate, diversas dimensões devem ser consideradas:

- dimensões econômicas, ou seja, o "negócio da educação", que são as mais evidentes;

dizem respeito às barreiras de entrada a grupos internacionais, para se instalar e oferecer seus serviços num país, aos subsídios concedidos pelo Estado, às condições de remessa de lucro para o exterior;

- dimensões legais, que dizem respeito ao reconhecimento dos certificados e diplomas: neste aspecto a posição do governo brasileiro - Ministério da Educação e Capes - é reafirmar a educação como um bem público e por conseguinte sobre ela cabe a ação do



tituições de ensino superior, em países como o Brasil, acabariam por se tornar meros *colleges*, ou seja, unidades de ensino, sem qualquer preocupação com a pesquisa, ou extensão, sem comprometimento com a geração, ou mesmo com a utilização do conhecimento produzido localmente.

Isto tem implicações para um país como o Brasil, que pode ser submetido a verdadeiro "colonialismo cultural", inibidor da pesquisa e do desenvolvimento do conhecimento no país.

A agenda dessas negociações exige que o país, nos seus vários níveis institucionais - no governo, na universidade, nas várias esferas de negociações internacionais - se posicione sobre estas questões, olhando o mapa do Brasil, suas necessidades de formação de jovens, de capacitação e requalificação de seus profissionais. E na medida em que o país fortalecer suas instituições locais, não entrará nestas negociações meramente como um grande mercado para grupos internacionais, mas como possível parceiro para projetos de formação de pessoas e desenvolvimento de conhecimentos.

Maria Tereza Leme Fleury é professora e atual diretora da FEA-USP

CUT elege diretorias nacional e distrital

Foram realizados este ano o 8º Congresso Anual da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o 9º Congresso da CUT do Distrito Federal. Na ocasião, foram eleitas as novas direções da CUT em âmbito nacional e distrital. Veja, abaixo, a relação dos companheiros eleitos:

Executiva Nacional da CUT

A nova Executiva Nacional da CUT, gestão 2003/06, está composta por 32 dirigentes, sendo 25 efetivos e sete suplentes. A lista que se segue identifica os diretores que ocupam cargos na Executiva, já que os demais serão "diretores executivos".

- Presidente**
Luiz Marinho-Metalúrgicos do ABC - SP
- Vice-presidente**
Wagner Gomes- Metroviários - SP
- Secretaria Geral**
João Antônio Felício - Apeoesp - SP
- 1ª Secretária**
Denise Motta Dau - Sindsaúde SP
- Tesoureiro**
Jacy Afonso de Melo - Bancários - DF
- 1º Tesoureiro**
Ari Aloraldo do Nascimento - Bancários - POA-RS
- Secretaria de Relações Internacionais**
João Vaccari Neto - Bancários - SP

- Secretaria de Política Sindical**
Rosane da Silva - Sapateiros de Ivoti - RS
- Secretaria de Formação**
José Celestino Lourenço - SIND-UTE -MG
- Secretaria de Comunicação**
Antonio Carlos Spis- Petroleiros - SP
- Secretaria de Políticas Sociais**
Gilda Almeida de Souza - Farmacêuticos - SP
- Secretaria de Organização**
Artur Henrique dos Santos- Sinergia - SP
- Secretaria da Mulher Trabalhadora**
Maria Ednalva Bezerra de Lima - Trabalhadores em Educação - PB
- Diretora Responsável pelo Escritório da CUT em Brasília** - Elisângela dos Santos Araújo- Rurais de São Domingos - BA

Nova direção da CUT-DF

- João Osório**
Presidente - Sindicato dos Rodoviários
- João Bosco**
Vice-Presidente - Base do Sinpro
- João Torquato dos Santos**
Tesoureiro - Sindprev
- Maria Augusta**
Secretária-Geral - Sinpro
- Ademário**
Secretário de Formação - Sindjus
- Ismael José**
Secretário de Imprensa - Sindsep
- Luiz Henrique**
Secretário de Organização - Sindsep
- Rejane Pitanga**
Secretária de Políticas Sociais - Base do Sinpro

- João Lopes**
Secretário de Política Sindical - Base do Sindsep
- Marcos Pato**
1º Tesoureiro - Base do Sinpro
- Adão Ribeiro**
1º Secretário - Sindser

SUPLENTES DA EXECUTIVA

- Raimundo**
Sinpro
- Nasson**
Sindclubes
- João Luiz Batista**
Sindsep

CULTURA

Um poema para não esquecer

Há 58 anos, no dia 8 de agosto de 1945, um piloto americano, voando sobre o Japão num belo dia de sol, despejou a bomba que matou em 30 segundos 100 mil pessoas na cidade de Hiroshima. No dia seguinte, mais um gigantesco cogumelo atômico explodiu em Nagasaki, matando mais 100 mil pessoas. As bombas explodiram diante de uma humanidade anestesiada pela banalização de 20 milhões de mortos na Segunda Guerra Mundial e pelo massacre dos judeus. Talvez por essa razão o ocidente “esqueceu” a tragédia.

Publicamos abaixo o poema do nosso poetinha, immortalizado pela voz de Ney Matogrosso. Um poema para não esquecer...

Rosa de Hiroshima.

(Vinícius de Moraes)

Pensem nas crianças
Mudas, telepáticas,
Pensem nas meninas
Cegas, inexatas,
Pensem nas mulheres
Rotas alteradas,
Pensem nas feridas
Como rosas cálidas.

Mas, oh, não se esqueçam
Da rosa, da rosa!

Da rosa de Hiroshima,
A rosa hereditária,
A rosa radioativa
Estúpida e inválida,
A rosa com cirrose,
A anti-rosa atômica.
Sem cor, sem perfume,
Sem rosa, sem nada.



MUSEU Santuário reproduz Idade da Pedra

É aqui bem próximo, mais exatamente em uma chácara isolada em frente à MI 11 do Lago Norte, que uma trilha feita de pedras nos leva a um santuário onde um historiador goiano montou o Memorial das Idades do Brasil, onde estão representados os primórdios da vida humana no Planalto Central.

Pouco conhecido de todos, o museu a céu aberto montado por Paulo Bertran e sua mulher, a educadora Graça Fleury, tenta contar um pouco sobre a história do planeta e a evolução da humanidade ao longo de milhares de anos.

Lá os visitantes, em especial turmas de alunos, mas também turistas vindos de todo lugar recebem aulas de geologia, formação e evolução das massas continentais, arqueologia e outros aspectos sobre a formação da fauna e flora brasileiras.

Local digno de ser visitado e apreciado por todos os que pretendem aumentar seus conhecimentos sobre a terra que habitamos.

Mais informações pelos telefones (61)409-1307/918-8040 e (62)935-4087

POESIA

Um Tributo a Você Se liga, vem!

Seu delegado, sem encrenca eu não brigo
Se ninguém bulir comigo
Eu não sou homem pra brigar

Eu brigo
Eu sou a própria encrenca, amigo!
Se escravizarem a ti
Estarão bulindo comigo

... À meia-noite
eu mandei para o fole
Mas o cabra não era mole
E partiu pra me pegar

Se liga!
Eu não cuido dessa briga
Sou ligado em outra liga
Que ao império intriga
Ou melhor, eu sou a própria liga
Não a de metal
Pois supero a de titânio
Eu sou a liga mental
Temida pelo poder
Eu sou o *delegado sindical*
Aaah!

Chico do Gama

Alunos lançam livro de poesia

Os alunos da Sala de Recursos/Superdotados lançaram no último dia 20, o livro de poesias “Coletânea de Talentos” no Centro Educacional 01 (Centrão), em Planaltina. Com projeto e orientação literária da professora de Português Marta Margareth da Costa, e revisão de arte da professora Jacinta Laner de Toledo, a obra reúne poemas de 27 alunos. O trabalho também será apresentado na Feira do Livro no shopping Pátio Brasil, de 22 a 31 de agosto. Confirmam!

EXPEDIENTE

Todas as matérias são de responsabilidade da Secretaria de Imprensa e do Conselho Editorial, exceto aquelas assinadas por seus autores.

Sinpro-DF - SCS, Quadra 3, Bloco A, nº 107/111, Tel.: 321-5678 Fax: 226-7743, 226-9533 (Imprensa) CEP: 70.300-500 - Brasília-DF - Subsele em Taguatinga, CNB 4, lote 3, loja 1, telefax 562-4856 e 562-2770. - Subsele no Gama - Telefax: 556-9105 - e-mail: imprensa@s inprodf.org.br - www.sinprodf.org.br

Jornalistas Afonso Costa e Junia Lara -
Fotografia Welber Souza - Diagramação Wellington Braga
Impressão PALAVRA - Com. e Serv.Editoriais - Tiragem 32 mil exemplares

Diretoria Colegiada do Sinpro

Adalberto Duarte de Oliveira
Adilson César de Araújo
Antonio Ahmad Usuf Dames
Antônio de Lisboa Amâncio Vale
Carlos Antoneto de Souza Lima
César Santos Ferreira
Cláudia Alves Pinheiro
Cláudia Maria do Amaral de Souza
Denilson Bento da Costa
Francis Franqueira Fernandes

Francisco Barbosa
Francisco Joaquim Alves
Isabel Portuguez de Souza Felipe
Jalma Fernandes de Queiroz
José Antônio Gomes Coelho
José Norberto Calixto
José Raimundo Souza Oliveira
Márcia Gilda Moreira
Maria Augusta Ribeiro
Maria Bernardete Diniz da Silva
Maria José Correia Muniz

Nelson Moreira Sobrinho
Robson de Paiva Salazar
Rodrigo Pereira de Paula
Rubens Guedes Memória
Sebastião Honório dos Reis
Valdenice de Oliveira
Walesca Rodrigues Leão
Washington Luis D. Gomes

Secretaria de Imprensa

Augusta - César Santos -
José Antonio